



## Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Juros e rendimentos similares	4	105 451 136	89 584 325
Juros e encargos similares	4	(31 995 321)	(26 291 771)
<b>Margem financeira</b>		<b>73 455 815</b>	<b>63 292 554</b>
Rendimentos de serviços e comissões	5	19 677 805	21 341 805
Encargos com serviços e comissões	5	(5 060 852)	(4 323 797)
Resultados cambiais	6	9 797 990	17 307 060
Resultados de alienação de outros activos	7	39 154	52 124
Outros resultados de exploração	8	(4 344 006)	(2 488 582)
<b>Produto da actividade bancária</b>		<b>93 565 906</b>	<b>95 181 164</b>
Custos com pessoal	9	(20 006 325)	(17 059 981)
Fornecimentos e serviços de terceiros	10	(12 887 810)	(9 271 369)
Depreciações e amortizações do exercício	18 e 19	(6 049 270)	(3 756 705)
Provisões líquidas de anulações	24	990 835	(1 134 028)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	17	(3 586 455)	(4 148 864)
Imparidade para outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	13,14 e 16	663 288	967 149
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	18,19 e 21	147 173	(368 535)
<b>Resultado antes de impostos de operações em continuação</b>		<b>52 837 342</b>	<b>60 408 831</b>
Impostos sobre os resultados			
Correntes	20	(5 121 102)	(5 034 038)
Diferidos	20	(3 572 587)	(5 270 703)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>44 143 653</b>	<b>50 104 090</b>
<b>Número médio de acções ordinárias emitidas</b>	<b>11</b>	<b>20 000 000</b>	<b>20 000 000</b>
Resultados por acção básico (em kwanzas)	11	2 207	2 505
Resultados por acção diluídos (em kwanzas)	11	2 207	2 505

Francisco José Rosado dos Santos

*Francisco José Rosado dos Santos*  
Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

*Joaquim Cicero da Costa de Menezes*  
Pela Direcção de Contabilidade

## Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12	195 150 308	216 330 235
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	168 418 892	84 486 129
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	14	165 960 016	104 013 462
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	698 831	446 472
Investimentos ao custo amortizado	16	176 262 093	267 464 666
Crédito a clientes	17	435 629 285	391 726 192
Outros activos tangíveis	18	13 271 672	13 421 550
Activos intangíveis	19	10 219 001	7 332 581
Activos por impostos correntes	20	414 451	691 056
Outros activos	21	8 123 375	5 405 070
<b>Total do activo</b>		<b>1 174 147 924</b>	<b>1 091 317 413</b>
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	22	12 317 226	4 100 595
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	943 632 478	895 478 398
Provisões	24	2 117 524	3 231 462
Passivos por impostos correntes	20	1 348 173	2 416 207
Passivos por impostos diferidos	20	8 404 641	4 300 546
Outros passivos	25	15 709 862	10 516 152
<b>Total do passivo</b>		<b>983 529 904</b>	<b>920 043 360</b>
Capital Social	26	60 000 000	60 000 000
Reservas de reavaliação	27	614 326	361 967
Outras reservas e resultados transitados	27	85 860 041	60 807 996
Resultado Líquido do Período		44 143 653	50 104 090
<b>Total do capital próprio</b>		<b>190 618 020</b>	<b>171 274 053</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>1 174 147 924</b>	<b>1 091 317 413</b>

Francisco José Rosado dos Santos

*Francisco José Rosado dos Santos*  
Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

*Joaquim Cicero da Costa de Menezes*  
Pela Direcção de Contabilidade

## Demonstrações do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Resultado Líquido do Período		44 143 653	50 104 090
<b>Outro rendimento integral</b>			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Variação de justo valor de instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral	15	252 359	99 678
<b>Total do Rendimento Integral</b>		<b>44 396 012</b>	<b>50 203 768</b>

Francisco José Rosado dos Santos

*Francisco José Rosado dos Santos*  
Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

*Joaquim Cicero da Costa de Menezes*  
Pela Direcção de Contabilidade

## Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios

Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios  
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Capital	Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total Capital Próprio
		Reservas de justo valor	Sub-total	Reserva legal	Outras reservas e resultados transitados	Sub-Total		
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	60 000 000	262 289	262 289	12 980 373	29 140 602	42 120 975	36 641 217	139 024 481
Aplicação do resultado líquido do Período								
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	3 664 122	15 022 899	18 687 021	(18 687 021)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(17 954 196)	(17 954 196)
Alterações de justo valor	-	99 678	99 678	-	-	-	-	99 678
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	50 104 090	50 104 090
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	60 000 000	361 967	361 967	16 644 495	44 163 501	60 807 996	50 104 090	171 274 053
Aplicação do resultado líquido do Período								
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	5 010 409	20 041 636	25 052 045	(25 052 045)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(24 551 004)	(24 551 004)
Alterações de justo valor	-	252 359	252 359	-	-	-	-	252 359
Transferência para Fundo de Apoio Social	-	-	-	-	-	-	(501 041)	(501 041)
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-	-	44 143 653	44 143 653
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	60 000 000	614 326	614 326	21 654 904	64 205 137	85 860 041	44 143 653	190 618 020

Francisco José Rosado dos Santos

*Francisco José Rosado dos Santos*  
Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

*Joaquim Cicero da Costa de Menezes*  
Pela Direcção de Contabilidade



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

### Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Notas	31-12-2025	31-12-2024
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos		128 413 016	108 743 072
Juros, comissões e outros proveitos equiparados pagos		(31 284 247)	(33 664 447)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(30 206 716)	(26 502 414)
Outros resultados		5 713 044	5 201 229
<b>Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais</b>		<b>72 635 097</b>	<b>53 777 440</b>
<b>Aumento/Diminuições nos activos e passivos operacionais:</b>			
Aplicações em instituições de crédito		(73 948 949)	(23 305 324)
Crédito a clientes		(48 808 796)	(22 906 517)
Recursos de instituições de crédito		8 186 130	(1 739 411)
Recursos de clientes e outros empréstimos		33 862 810	(41 737 392)
Outros activos e passivos operacionais		(190 013)	638 984
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros</b>		<b>(80 898 818)</b>	<b>(89 049 660)</b>
<b>Impostos sobre os lucros pagos</b>		<b>(5 912 531)</b>	<b>(3 778 057)</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		<b>(14 176 252)</b>	<b>(39 050 277)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Investimentos ao custo amortizado		88 717 527	34 176 452
Compra de immobilizações		(8 080 412)	(8 653 086)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		<b>80 637 115</b>	<b>25 523 366</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Dividendos de acções ordinárias pagos	27	(24 551 004)	(17 954 196)
Pagamentos referentes a passivos da locação		(71 767)	(54 312)
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(24 622 771)</b>	<b>(18 008 508)</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>41 838 092</b>	<b>(31 535 419)</b>
<b>Caixa e equivalentes no início do período</b>		<b>300 322 183</b>	<b>317 204 581</b>
<b>Variação líquida em caixa e seus equivalentes</b>		<b>41 838 092</b>	<b>(31 535 419)</b>
Efeitos da variação cambial em caixa e seus equivalentes		21 221 962	14 653 021
<b>Caixa e equivalentes no fim do período</b>		<b>363 382 237</b>	<b>300 322 183</b>
Caixa	12	9 241 721	7 657 099
Disponibilidades em Bancos Centrais	12	185 908 587	208 673 136
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13	168 231 929	83 991 948
<b>Caixa e equivalentes</b>		<b>363 382 237</b>	<b>300 322 183</b>

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

### Outros activos tangíveis em 31 de Dezembro de 2024

mKz	Saldo em 31-12-2023	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-12-2024
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	9 371 642	208 036	-	731 542	-	10 311 220
Obras em imóveis arrendados	1 962 761	137 362	-	(125 745)	-	1 974 378
	<b>11 334 403</b>	<b>345 398</b>	<b>-</b>	<b>605 797</b>	<b>-</b>	<b>12 285 598</b>
<b>Equipamento</b>						
Equipamento informático	6 262 047	2 033 453	(654 924)	1 154	(53)	7 641 677
Mobiliário e material	1 198 896	134 848	(36)	(5 539)	(259)	1 327 910
Material de transporte	2 408 721	427 742	(141 999)	-	-	2 694 464
Máquinas de uso administrativo	478 544	66 028	-	-	(30)	544 542
Equipamento de segurança	526 119	125 898	-	22 965	-	674 982
Outros equipamentos	491 335	209 909	-	(952)	-	700 292
	<b>11 365 662</b>	<b>2 997 878</b>	<b>(796 959)</b>	<b>17 628</b>	<b>(342)</b>	<b>13 583 867</b>
<b>Activos sob Direito de Uso</b>						
Imóveis	1 555 531	564 733	(658 587)	-	-	1 461 677
	<b>1 555 531</b>	<b>564 733</b>	<b>(658 587)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 461 677</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>641 345</b>	<b>139 952</b>	<b>-</b>	<b>(623 425)</b>	<b>-</b>	<b>157 872</b>
	<b>24 896 941</b>	<b>4 047 961</b>	<b>(1455 546)</b>	<b>-</b>	<b>(342)</b>	<b>27 489 014</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	(2 292 178)	(295 136)	-	-	(22 156)	(2 609 470)
Obras em imóveis arrendados	(1 402 848)	(96 287)	-	-	-	(1 499 135)
	<b>(3 695 026)</b>	<b>(391 423)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(22 156)</b>	<b>(4 108 605)</b>
<b>Equipamento</b>						
Equipamento informático	(3 520 570)	(1 255 639)	654 885	-	20	(4 121 304)
Mobiliário e material	(792 706)	(93 712)	35	-	260	(886 123)
Material de transporte	(1 713 212)	(359 133)	141 999	-	-	(1 930 346)
Máquinas de uso administrativo	(181 358)	(58 502)	-	-	30	(239 830)
Equipamento de segurança	(255 148)	(80 601)	-	-	-	(335 749)
Outros equipamentos	(278 555)	(70 174)	40	-	-	(348 689)
	<b>(6 741 549)</b>	<b>(1 917 761)</b>	<b>796 959</b>	<b>-</b>	<b>310</b>	<b>(7 862 041)</b>
<b>Activos sob Direito de Uso</b>						
Imóveis	(833 302)	(493 592)	632 785	-	(5 448)	(699 557)
	<b>(833 302)</b>	<b>(493 592)</b>	<b>632 785</b>	<b>-</b>	<b>(5 448)</b>	<b>(699 557)</b>
	<b>(11 269 877)</b>	<b>(2 802 776)</b>	<b>1 429 744</b>	<b>-</b>	<b>(27 294)</b>	<b>(12 670 203)</b>
<b>Imparidade</b>						
De imóveis de uso próprio	(1029 109)	(368 152)	-	-	-	(1 397 261)
	<b>(1029 109)</b>	<b>(368 152)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1 397 261)</b>
<b>Outros activos tangíveis</b>	<b>12 597 955</b>	<b>877 033</b>	<b>(25 802)</b>	<b>-</b>	<b>(27 636)</b>	<b>13 421 550</b>

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

## Outros activos tangíveis

### Outros activos tangíveis em 31 de Dezembro de 2025

mKz	Saldo em 31-12-2024	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 31-12-2025
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	10 311 220	208 474	-	(94 062)	-	10 425 632
Obras em imóveis arrendados	1 974 378	87 543	-	94 062	-	2 155 983
	<b>12 285 598</b>	<b>296 017</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 581 615</b>
<b>Equipamento</b>						
Equipamento informático	7 641 677	804 621	(2 515)	-	-	8 443 783
Mobiliário e material	1 327 910	58 303	(131)	17 920	-	1 404 002
Material de transporte	2 694 464	671 420	(181 253)	9 080	-	3 193 711
Máquinas de uso administrativo	544 542	27 996	-	-	-	572 538
Equipamento de segurança	674 982	51 809	-	-	-	726 791
Outros equipamentos	700 292	134 380	-	130 871	-	965 543
	<b>13 583 867</b>	<b>1 748 529</b>	<b>(183 899)</b>	<b>157 871</b>	<b>-</b>	<b>15 306 368</b>
<b>Activos sob Direito de Uso</b>						
Imóveis	1 461 677	315 874	(614 501)	-	616 889	1 779 939
	<b>1 461 677</b>	<b>315 874</b>	<b>(614 501)</b>	<b>-</b>	<b>616 889</b>	<b>1 779 939</b>
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>157 872</b>	<b>71 434</b>	<b>-</b>	<b>(157 871)</b>	<b>-</b>	<b>71 435</b>
	<b>27 489 014</b>	<b>2 431 854</b>	<b>(798 400)</b>	<b>-</b>	<b>616 889</b>	<b>29 739 357</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
<b>Imóveis</b>						
De serviço próprio	(2 609 470)	(283 276)	-	-	35 106	(2 857 640)
Obras em imóveis arrendados	(1 499 135)	(127 911)	-	-	(35106)	(1 662 152)
	<b>(4 108 605)</b>	<b>(411 187)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4 519 792)</b>
<b>Equipamento</b>						
Equipamento informático	(4 121 304)	(1395 413)	2 468	-	16	(5 514 233)
Mobiliário e material	(886 123)	(94 376)	131	-	-	(980 368)
Material de transporte	(1 930 346)	(411 407)	172 173	-	-	(2 169 580)
Máquinas de uso administrativo	(239 830)	(59 919)	-	-	-	(299 749)
Equipamento de segurança	(335 749)	(85 970)	-	-	-	(421 719)
Outros equipamentos	(348 689)	(91 657)	-	-	-	(440 346)
	<b>(7 862 041)</b>	<b>(2 138 742)</b>	<b>174 772</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>(9 825 995)</b>
<b>Activos sob Direito de Uso</b>						
Imóveis	(699 557)	(674 001)	456 492	-	67 257	(849 809)
	<b>(699 557)</b>	<b>(674 001)</b>	<b>456 492</b>	<b>-</b>	<b>67 257</b>	<b>(849 809)</b>
	<b>(12 670 203)</b>	<b>(3 223 930)</b>	<b>631 264</b>	<b>-</b>	<b>67 273</b>	<b>(15 195 596)</b>
<b>Imparidade</b>						
De imóveis de uso próprio	(1 397 261)	125 172	-	-	-	(1 272 089)
	<b>(1 397 261)</b>	<b>125 172</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1 272 089)</b>
<b>Outros activos tangíveis</b>	<b>13 421 550</b>	<b>(666 904)</b>	<b>(167 136)</b>	<b>-</b>	<b>684 162</b>	<b>13 271 672</b>

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade

## Outros activos intangíveis

### Activos intangíveis em Dezembro de 2025

mKz	Saldo em 31-12-2024	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências e Regularizações	Saldo em 31-12-2025
<b>Activos intangíveis</b>					
Sistema de tratamento automático de dados	7 446 064	4 278 132	-	2 504 991	14 229 187
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	-	37 817
	<b>7 483 881</b>	<b>4 278 132</b>	<b>-</b>	<b>2 504 991</b>	<b>14 267 004</b>
<b>Activos intangíveis em curso</b>					
Sistema de tratamento automático de dados	2 966 021	1 433 626	-	(2 504 991)	1 894 656
	<b>2 966 021</b>	<b>1 433 626</b>	<b>-</b>	<b>(2 504 991)</b>	<b>1 894 656</b>
	<b>10 449 902</b>	<b>5 711 758</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16 161 660</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Sistema de tratamento automático de dados	(3 117 321)	(2 825 338)	-	-	(5 942 659)
	<b>(3 117 321)</b>	<b>(2 825 338)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5 942 659)</b>
<b>Activos intangíveis</b>	<b>7 332 581</b>	<b>2 886 420</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10 219 001</b>

### Activos intangíveis em 31 de Dezembro de 2024

mKz	Saldo em 31-12-2023	Aquisições/ Dotações	Transferências e Regularizações	Saldo em 31-12-2024
<b>Activos intangíveis</b>				
Sistema de tratamento automático de dados	3248 818	2817 214	1380 032	7 446 064
Gastos de organização e expansão	37 817	-	-	37 817
	<b>3 286 635</b>	<b>2 817 214</b>	<b>1 380 032</b>	<b>7 483 881</b>
<b>Activos intangíveis em curso</b>				
Sistema de tratamento automático de dados	2560 135	1787 911	(1 382 025)	2 966 021
	<b>2 560 135</b>	<b>1 787 911</b>	<b>(1 382 025)</b>	<b>2 966 021</b>
	<b>5 846 770</b>	<b>4 605 125</b>	<b>(1 993)</b>	<b>10 449 902</b>
<b>Amortização acumulada</b>				
Sistema de tratamento automático de dados	(2 185 548)	(931 773)	-	(3 117 321)
	<b>(2 185 548)</b>	<b>(931 773)</b>	<b>-</b>	<b>(3 117 321)</b>
<b>Activos intangíveis</b>	<b>3 661 222</b>	<b>3 673 352</b>	<b>(1 993)</b>	<b>7 332 581</b>

Francisco José Rosado dos Santos

Pela Administração

Joaquim Cicero da Costa de Menezes

Pela Direcção de Contabilidade



### Relatório de auditoria



Ernst & Young Angola, Lda. Tel: +244 227 280 461/2/3/4  
Avenida 4 de Fevereiro Fax: +244 227 280 465  
Edifício Kilamba, Piso 12 www.ey.com  
Luanda, Angola

#### Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A.

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

##### Opinião

Audítamos as demonstrações financeiras anexas do Banco Caixa Geral Angola, S.A. (o "Banco"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 1.174.147.924 milhares de Kwanzas e um total de capital próprio de 190.618.020 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido de 44.143.653 milhares de Kwanzas), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco Caixa Geral Angola, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

##### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Banco nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

##### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Sociedade por Quotas - Capital Social 405.000 Kwanzas - Contribuinte N.º 8401120699  
Inscrição n.º E20170019 na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola | Registo na Comissão do Mercado de Capitais com o número 004/ISA/DSEA/CMC/08-2016  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Shape the future with confidence

Banco Caixa Geral Angola, S.A.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de Dezembro de 2025

##### Outras matérias

Chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, terem sido examinadas por outro Auditor Independente, o qual emitiu, o Relatório do Auditor Independente em 28 de Fevereiro de 2025, sem reservas. As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, apresentadas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas na extensão considerada necessária para suportar a emissão do nosso Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

##### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Banco de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS);
- elaboração do Relatório de Gestão e do Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Banco de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Banco.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas actividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida



Shape the future with confidence

Banco Caixa Geral Angola, S.A.  
Relatório do Auditor Independente  
31 de Dezembro de 2025

#### 1. Imparidade para crédito a clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------

Conforme apresentado no Balanço e mais detalhadamente divulgado nas Notas 17 e 33 do Anexo às demonstrações financeiras, o valor do crédito bruto a clientes do BCGA ascende a 456.869.309 milhares de Kwanzas (2024: 406.830.062 milhares de Kwanzas), representando cerca de 39% do activo (2024: 37%). A imparidade acumulada registada para o crédito a clientes ascende a 21.240.024 milhares de Kwanzas (2024: 15.103.870 milhares de Kwanzas), representando 4,6% do valor do crédito (2024: 3,7%).

A imparidade para o crédito a clientes representa a melhor estimativa do órgão de gestão do Banco sobre as perdas esperadas para a sua carteira de crédito a clientes, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 - "Instrumentos financeiros". As perdas por imparidade em crédito concedido mensurado ao custo amortizado são determinadas de acordo com as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos divulgados nas Notas 2.4.2 e 33 do Anexo às demonstrações financeiras.

Para o cálculo desta estimativa sobre a perda por imparidade da carteira de crédito a clientes, o órgão de gestão efectuou julgamentos relevantes como sejam a probabilidade de incumprimento, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento. Para exposições relevantes em base individual, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos de especialistas do Banco na avaliação de risco de crédito. Para além da complexidade dos modelos, a sua utilização requer o tratamento de um volume significativo de dados que pode levantar questões sobre a sua qualidade e disponibilidade.

Em face do grau de subjectividade e complexidade envolvida, a utilização de metodologias ou pressupostos alternativos pode ter um impacto material na determinação da imparidade estimada, o que faz com que consideremos este tema como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos:

- Obtenção do entendimento, apreciação da concepção e teste à eficácia operacional dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade para o crédito a clientes;
- Realização de testes de revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade para crédito a clientes, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas considerando as variações ocorridas nas exposições de crédito;
- Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade para analisar os pressupostos utilizados pelo órgão de gestão na quantificação da imparidade. Esta análise incluiu a informação sobre os modelos de negócio, a situação económico-financeira dos devedores e os relatórios de avaliação dos colaterais e indagações para entender a estratégia de recuperação definida, os pressupostos usados e a avaliação dos impactos estimados para reflectir os potenciais efeitos do contexto macroeconómico actual para devedores ou sectores específicos;
- Com o apoio de especialistas internos em matéria de gestão de risco, avaliação da razoabilidade dos parâmetros utilizados no modelo de cálculo da imparidade colectiva, destacando-se os seguintes procedimentos realizados: i) entendimento da metodologia formalizada e aprovada pelo órgão de gestão e comparação com a efectivamente utilizada; ii) avaliação das alterações aos modelos para determinar parâmetros para reflectir a perda esperada; iii) análise das alterações realizadas durante o exercício aos parâmetros de risco (PD, LGD e EAD); iv) numa base de amostragem, comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação de fonte; v) teste, para a carteira de crédito a clientes do Banco, da aplicação das regras de avaliação do aumento significativo do risco de crédito; vi) avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado; e vii) indagações aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e análise dos relatórios com os resultados da avaliação operacional do modelo (back-testing); e
- Análise das divulgações no Anexo às demonstrações financeiras relativas a esta matéria, tendo por base os requisitos das normas internacionais de relato financeiro e os registos contabilísticos.

até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;

- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicámos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinámos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e de que o relatório de governo societário inclui os elementos previstos no artigo 17º do Regulamento n.º 6/16 de 7 de Junho da Comissão do Mercado de Capitais, nos termos do artigo 145º do Código dos Valores Mobiliários, que a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e que não apresenta incorrecções materiais.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Banco, não identificámos incorrecções materiais.

##### Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente o previsto no ponto iv) da alínea c) do n.º 1 da Instrução n.º 02/CMC/03-23, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Banco, não identificámos incorrecções materiais.

Luanda, 27 de Fevereiro de 2026

Ernst & Young Angola, Lda.

Representada por:

Daniel José Venâncio Guerreiro  
(Perito Contabilista n.º 20130107)

António Filipe Dias da Fonseca Brás  
(Partner)



# Caixa Angola

Banco Caixa Geral Angola

## Parecer Conselho Fiscal



Conselho Fiscal do Banco Caixa Geral Angola, S.A. – Sociedade Aberta  
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

Senhores Accionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos normativos do Banco Nacional de Angola e do mandato que nos foi conferido, cumpre-nos emitir o Relatório anual sobre a acção fiscalizadora e dar Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Caixa Geral Angola, S.A. ("BCGA ou Banco"), as quais compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e o respectivo Anexo com as Notas explicativas às Demonstrações Financeiras, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e sobre o Relatório de Governo Societário.

Para efeitos da emissão do presente parecer, acompanhamos a actividade do Banco, tendo recebido da Comissão Executiva e dos Serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados e desenvolvido, com a extensão que consideramos adequada, de entre outras, as seguintes actividades:

Averiguámos a observância do cumprimento da lei e do contrato de sociedade;

- ✓ Acompanhamos o Plano de Actividades e Orçamento do BCGA;
- ✓ Inteiramo-nos dos trabalhos de preparação da informação financeira e dos processos de encerramento das contas, tendo obtido da Direcção de Contabilidade os esclarecimentos solicitados no âmbito dos respectivos fechos de contas;
- ✓ Averiguámos sobre a evolução dos principais rácios prudenciais;
- ✓ Participámos nas reuniões do Conselho de Administração e acompanhamos as decisões tomadas pelo Comité de Auditoria e Controlo Interno e pelo Comité de Riscos
- ✓ Reunimos com a Comissão Executiva, com a Direcção de Auditoria Interna, com a Direcção de Gestão de Riscos, com a Direcção de Contabilidade, com o Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão e com o Gabinete de Suporte à Função *Compliance*, para acompanhamento dos aspectos mais relevantes da actividade destas estruturas e averiguar da eficácia do sistema de controlo interno instituído no Banco;
- ✓ Reunimos com o Comité de Auditoria e Controlo Interno (CACI) para apreciação e discussão de assuntos de supervisão conjunta, incluindo relações com o Auditor Externo e com o processo de prestação de contas, com vista a eliminar redundâncias e conflitos de decisão e clarificar as suas complementaridades;
- ✓ Ainda numa óptica de harmonização do modelo de governação corporativa, em especial das funções de controlo interno, reunimos com a Comissão de Auditoria da empresa mãe – Caixa Geral de Depósitos;



Assim, face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

- i) O Balanço em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das alterações no Capital Próprio, a Demonstração do Rendimento Integral e as notas anexas às demonstrações financeiras, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, do resultado do período, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 e satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, face ao normativo contabilístico adoptado pelo BCGA;
- iii) O Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução no exercício dos negócios e da situação patrimonial e financeira do Banco, evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis; e,
- v) O Relatório de Governo Societário cumpre com as disposições legais aplicáveis, incluindo os elementos exigíveis ao Banco.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Comissão Executiva e dos Serviços e as conclusões e informações constantes no Relatório do Auditor Independente emitido sem reservas e sem ênfases, o Conselho Fiscal propõe que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras, incluindo as respectivas notas do Anexo;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados;
- iv) seja aprovado o Relatório do Governo Societário.

Por fim, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos à Comissão Executiva, à Comissão de Auditoria e Controlo Interno, à Comissão de Riscos Financeiros e aos responsáveis das Direcções do Banco e aos demais colaboradores com quem contactou, bem como ao Auditor Independente, pela colaboração prestada e pelo apoio dispensado à realização do seu trabalho.

Luanda, 27 de Fevereiro de 2026

O CONSELHO FISCAL

Nelson Efeingue Bernardo  
(Presidente)

José M. Azevedo Rodrigues  
(Vice-Presidente)

Benjamin M' Bakassy  
(Vogal)



- ✓ Inteiramo-nos dos principais desafios e actuais constrangimentos para o negócio, em geral no cumprimento do Plano Estratégico do Banco e em particular no que respeita aos impactos resultantes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, nas actividades e na gestão de risco do Banco;
- ✓ Analisámos os principais riscos de imparidade nas carteiras de títulos e de crédito, tendo em particular acompanhado um leque de clientes percepcionados críticos em termos de risco de crédito;
- ✓ Apreciámos as actas das reuniões dos Órgãos Sociais;
- ✓ Acompanhamos os relatórios, pareceres, notificações e outras informações emitidas pelas autoridades de supervisão e fiscalização e discutimos o seu conteúdo e impacto na actividade e situação económica e financeira do BCGA;
- ✓ Inteiramo-nos dos trabalhos desenvolvidos no Banco pelo Auditor Externo e apreciamos o Relatório do Auditor Independente relativo às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024 emitido em Fevereiro de 2025, com o qual concordamos, tendo sido aprovado o correspondente Parecer do Conselho Fiscal relativo às contas desse exercício económico;
- ✓ O Conselho Fiscal teve presente o Relatório de avaliação sobre a adequação e eficácia da cultura organizacional em vigor no BCGA e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 30 de Setembro de 2025 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal e emitiu o respectivo parecer em Outubro de 2025;
- ✓ O Conselho Fiscal teve presente o Relatório de Governança do BCGA e sobre os seus sistemas de governo e controlo interno por referência a 31 de Dezembro de 2025 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 1/2022 e do Instrutivo 13 de 2022 do Banco Nacional de Angola e emitiu o respectivo parecer em Janeiro de 2026;
- ✓ O Conselho Fiscal preparou e emitiu, em Janeiro de 2026, o seu Parecer sobre a qualidade do sistema de controlo interno para a Prevenção do Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa por referência a 31 de Dezembro de 2025 em cumprimento dos requisitos definidos no Aviso n.º 2/2024 do Banco Nacional de Angola;
- ✓ O Conselho Fiscal aferiu o cumprimento das orientações legais em vigor para o Sector Bancário e as relativas ao Relatório de Governo Societário incluído nos documentos de prestação de contas. Verificou, ainda, que a informação sobre o governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos da legislação mobiliária e financeira em vigor.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Gestão e Contas (demonstrações financeiras e anexo) do BCGA referentes ao exercício de 2025 e o respectivo Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório de Governo Societário, em conformidade com o artigo 145º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), e com o artigo 17º do Regulamento n.º 6/16 de 7 de Junho da Comissão do Mercado de Capitais, o Guia de Boas Práticas de Governança Corporativa e a Lei n.º 14/21, Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras (LRGIF).

Tendo terminado no fim de 2024 o mandato do Auditor Externo, o Conselho Fiscal, no exercício das suas funções e com o suporte da Comissão de Auditoria e Controlo Interno e dos respectivos Órgãos de Estrutura, conduziu o processo de selecção do Auditor Externo, culminando com a sua proposta aos Accionistas de selecção da EY como o Auditor Externo do BCGA para o quadriénio 2025-2028, a qual foi aprovada em Assembleia Geral de 28 de Março de 2025.